

Superior Tribunal de Justiça

HABEAS CORPUS Nº 528.312 - DF (2019/0247072-5)

RELATORA : MINISTRA LAURITA VAZ
IMPETRANTE : THIAGO TURBAY FREIRIA E OUTRO
ADVOGADOS : VITÓRIA DE MACEDO BUZZI - DF057088
THIAGO TURBAY FREIRIA - DF057218
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTICA DO DISTRITO FEDERAL E DOS
TERRITORIOS
PACIENTE : C DE M B
INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO DISTRITO FEDERAL E TERRITÓRIOS

EMENTA

HABEAS CORPUS. PROCESSUAL PENAL. DENÚNCIA POR LESÕES CORPORAIS EM CONTEXTO DE VIOLÊNCIA DOMÉSTICA CONTRA MULHER. OFERECIMENTO DE SEGUNDA DENÚNCIA PARA INCLUIR A VÍTIMA TAMBÉM COMO AGRESSORA. TRANCAMENTO DESTA POR MANIFESTA AUSÊNCIA DE JUSTA CAUSA. DESVIRTUAMENTO DO PROCESSO PENAL EM DETRIMENTO DAS NORMAS DE PROTEÇÃO DA MULHER CONTRA A VIOLÊNCIA DOMÉSTICA. ORDEM DE *HABEAS CORPUS* CONCEDIDA PARA TRANCAR A SEGUNDA DENÚNCIA.

DECISÃO

Trata-se de *habeas corpus*, com pedido liminar, impetrado em favor de C. DE M. B. contra acórdão proferido no HC n.º 0705801-20.2019.8.07.0000 em trâmite no Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios.

Narram os Impetrantes que a Paciente, inicialmente, figurou como vítima de violência doméstica em processo cujo trâmite iniciou perante o 2.º Juizado de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher de Brasília. A denúncia imputava ao seu companheiro, R. C. N. G., a conduta subsumida no art. 129, § 9.º, do Código Penal, c.c. o art. 5.º, inciso III, da Lei n.º 11.340/2006.

Todavia, afirmam que, "*após súbita mudança da promotora natural do caso, os autos foram avocados pelo novo promotor, Izaac Pereira Dutra Filho, que procedeu com a oferta de **nova denúncia** contra [nome do agressor](fl. 113), deduzindo a mesma capitulação e narrando os mesmos fatos, todavia, dessa vez, foi apresentada denúncia contra a Paciente, como autora de conduta punível descrita no comando*

Superior Tribunal de Justiça

normativo do art. 129, § 9º, aduzindo, sem qualquer prova nova nos autos ou alteração fática, ter havido 'violência recíproca'" (fl. 04).

Contra a decisão que recebeu a denúncia contra a Paciente, sua Defesa impetrou *habeas corpus* perante o Tribunal de origem, que denegou a ordem, nos termos da seguinte ementa (fl. 30):

"PROCESSUAL PENAL. HABEAS CORPUS. VIOLÊNCIA DOMÉSTICA. LESÕES CORPORAIS RECÍPROCAS. DESIGNAÇÃO DE AUDIÊNCIA PRELIMINAR. TRANSAÇÃO PENAL. RITO SUMARÍSSIMO DA LEI 9.099/95. ERRO PROCEDIMENTAL. CORREÇÃO PELO ÓRGÃO ACUSATÓRIO. AUSÊNCIA DE CONSTRANGIMENTO ILEGAL. ORDEM DENEGADA.

1. A designação de audiência preliminar, sob o rito sumaríssimo da Lei 9.099/95, tratou-se de mero erro procedimental, devidamente corrigido pelo órgão acusatório com a oferta de denúncia imputando aos acusados a prática de lesões corporais recíprocas, no contexto de violência doméstica.

2. Ordem denegada."

Nas razões do presente writ, os Impetrantes argumentam a existência de constrangimento ilegal em razão da "ausência dos pressupostos e fundamentos que permitem o recebimento da denúncia contra a Paciente" (fl. 6).

Aduzem que a Paciente é vítima da conduta do agressor e, apenas, reagiu à violência sofrida, não tendo agido, ela mesma, como agressora, mas apenas em legítima defesa, de modo que "ante a violência sofrida, a Paciente reagiu e viu contra si instaurada uma investigação, após seu agressor ir à Polícia fazer uma queixa sob a alegação de que havia sido agredido" (fl. 7).

Alegam ainda a supressão do direito subjetivo da Paciente à transação penal e afirmam que a denúncia contra a Paciente não pode ser considerada uma mera correção de rumos do processo, tendo sido indevidamente oferecida e recebida, por se tratar de processo penal absolutamente descabido e atípico, em que se imputa conduta delituosa à Paciente quando, em verdade, deveria ela figurar como vítima dos ataques sofridos e dos quais apenas se defendeu. Argumentam que:

"Há clara violência institucional, nos termos da Resolução 254/18 do CNJ. Obrigar a vítima a passar pelo constrangimento de se tornar ré em ação penal, respondendo a procedimento criminal lado a lado com seu agressor, quando seu único crime foi defender-se da violência e dos ataques sofridos. Referimo-nos ao desfreio institucional –

Superior Tribunal de Justiça

muda-se o promotor, muda-se o direito - e a apartação do direito subjetivo à transação penal que faz jus. Ainda nesse ponto, o relator afronta, no acórdão, uma realidade oposta à dimensão protetiva da mulher, o que se faz por forte explicação de índole criminológica." (fl. 11)

Sustentam que o Ministério Público manifestou-se, inicialmente, pela realização de transação penal em favor da Paciente, dando-lhe tratamento jurídico de vítima de violência doméstica e familiar; sendo que, em um segundo momento, em posicionamento contraditório, ofereceu denúncia em desfavor da Paciente, imputando-lhe o crime do art. 129, § 9.º, do Código Penal, quando já havia, inclusive, audiência de custódia designada para análise da transação penal em seu benefício, ignorando-se a jurisprudência em tese n.º 111 do STJ:

"Nos delitos praticados em ambiente doméstico e familiar, geralmente praticado à clandestinidade, sem a presença de testemunhas, a palavra da vítima possui especial relevância, notadamente quando corroborada por outros elementos probatórios acostados aos autos".

Asseveram que tal procedimento representa violência institucional perpetrada pelo Ministério Público, uma vez que a proposta de transação penal é um direito subjetivo da Paciente, e *"o fato é que se deu, às avessas, uma mutatio libelli, mesmo sem provas novas. Trata-se o caso como um mero arrependimento do Ministério Público, o que é inaceitável"* (fl. 12).

Argumentam que, em aplicação analógica do art. 28 do Código de Processo Penal, e conforme preconizado pela Súmula n.º 696 do STF, em não havendo o oferecimento de proposta de transação penal pelo membro do Ministério Público – que se trata de um direito subjetivo da Paciente – os autos devem ser encaminhados ao Procurador-Geral de Justiça.

Requerem a *"concessão liminar da ordem para que liminarmente seja suspensa a Ação Penal em relação à Paciente até o julgamento de mérito do presente remédio por este Egrégio Superior Tribunal de Justiça"* (fl. 14).

No mérito, pugnam pela concessão da ordem *"para cassar a denúncia apresentada e, concomitantemente, voltar ao status quo ante, determinando ao juízo competente a realização imediata de audiência de conciliação, nos termos do art. 76 da Lei 9.099/95"* (fl. 14).

Estes autos vieram à minha relatoria por prevenção ao HC n.º 503.635/DF,

Superior Tribunal de Justiça

impetrado em favor da ora Paciente.

O pedido liminar foi indeferido às fls. 214-219.

As informações foram prestadas às fls. 233-281 e 282-291.

O Ministério Público Federal, em seu parecer de fls. 294-296, opina pela denegação da ordem.

É o relatório.

Decido.

O caso em tela é deveras *sui generis*, na medida em que apresenta um verdadeiro e inédito desvirtuamento do processo penal, além de um atentado às normas que visam à tutela da proteção da mulher contra a violência doméstica.

Esse tipo de violência – lesão corporal dolosa em violência doméstica –, segundo o Anuário Brasileiro de Segurança Pública de 2019, passou de 260 mil casos no ano passado em nosso país. Um número expressivo e vergonhoso para uma nação que aspira figurar entre os países civilizados.

Nesse contexto, a legislação pátria busca recrudescer as punições aos agressores, com constante aprimoramento das normas de tutela dos direitos da mulher, para inibir a conduta delituosa e, se concretizado o ato de violência, para punir exemplarmente o agente agressor.

Não é aceitável que o processo penal seja desvirtuado, como no caso em apreço, para transformar a denunciante, vítima de agressão no seio familiar pelo próprio companheiro, em ré na ação penal que fora inicialmente instaurada para tutelar seus interesses.

Ora, a preocupação legislativa em proteger a mulher existe por uma boa razão: o embate físico entre um homem e uma mulher é, presumidamente, uma relação de desigualdade em desfavor da mulher, parte mais vulnerável, até pelo histórico brasileiro das relações sociais.

Com efeito, *"A própria Lei n. 11.340/2006, ao criar mecanismos específicos para coibir e prevenir a violência doméstica praticada contra a mulher, buscando a igualdade substantiva entre os gêneros, fundou-se justamente na indiscutível desproporcionalidade física existente entre os gêneros, no histórico discriminatório e na cultura vigente. Ou seja, a fragilidade da mulher, sua hipossuficiência ou vulnerabilidade, na verdade, são os fundamentos que levaram o*

Superior Tribunal de Justiça

legislador a conferir proteção especial à mulher" e por isso têm-se como presumidos. (Precedentes do STJ e do STF)." (AgRg no AREsp 1439546/RJ, Rel. Ministro REYNALDO SOARES DA FONSECA, QUINTA TURMA, julgado em 25/06/2019, DJe 05/08/2019)

Aqui, o inusitado se deu quando, sem nenhuma prova nova, outro promotor de justiça, depois de instaurada a ação penal em desfavor do companheiro agressor, decide "trocar" a denúncia e oferecer outra para incluir a vítima também como agressora, sob a simplória narrativa de ter havido "lesões recíprocas".

Foi exatamente isto que ocorreu: em **05/09/2018**, a promotora de justiça adjunta Karoline Araújo do Prado ofereceu a denúncia contra R. C. N. G., dando-o como incurso no art. 129, § 9.º, do Código Penal, c.c. o art. 5.º, inciso III, da Lei n.º 11.340/2006 (fls. 46-47). Em **25/02/2019**, o promotor de justiça Izaac Pereira Dutra Filho, "de ofício", decidiu simplesmente trocar a primeira denúncia por outra, para imputar a vítima também a acusação de agressão contra o companheiro (fls. 43-44).

Não há no Código de Processo Penal nenhuma norma que ampare esse tipo de ato. Ademais, causa espécie tal proceder. Não houve aditamento de denúncia, não houve oferecimento de outra denúncia depois de novas diligências, houve, sim, a "desconsideração", pura e simples, da primeira denúncia oferecida, para oferecer outra em seu lugar, sem nenhuma prova nova, sem nenhuma justificativa razoável para o que foi feito.

Vale ressaltar que *"a palavra da vítima, em harmonia com os demais elementos presentes nos autos, possui relevante valor probatório, especialmente em crimes que envolvem violência doméstica e familiar contra a mulher"* (HC 461.478/PE, Rel. Ministra LAURITA VAZ, SEXTA TURMA, DJe 12/12/2018). E, não havendo a produção de nenhuma outra prova, há manifesta ausência de justa causa para o oferecimento dessa segunda denúncia.

A ação ministerial, no caso em apreço, *concessa venia*, atenta contra as normas de proteção à integridade física e psíquica da mulher, constrangendo-a justamente após uma difícil reação contra a violência sofrida, quando se espera que o Estado tutele seus direitos violados. Aceitar esse tipo de subterfúgio processual é o mesmo que negar vigência às normas que visam tutelar a parte mais frágil.

Ante o exposto, **CONCEDO** a ordem de *habeas corpus* a fim de determinar o trancamento da segunda denúncia e o regular processamento da primeira oferecida.

Superior Tribunal de Justiça

Publique-se. Intimem-se.

Brasília (DF), 27 de novembro de 2019.

Ministra LAURITA VAZ
Relatora

